

CRÉDITO

Usado para justificar spread alto, calote no País está na média mundial

Levantamento do FMI mostra que taxa de inadimplência no Brasil é semelhante à do resto do planeta



ANTONIO MILENA/AE-19/6/2009

CUSTO – Medido pela diferença entre o que o banco paga ao captar o dinheiro e o que cobra no crédito, spread no País é o mais alto do planeta

Leandro Modé

Quando se pergunta a um banqueiro brasileiro por que o spread bancário (diferença entre o que a instituição paga ao captar o dinheiro e o que cobra ao repassá-lo aos clientes) no País é o mais alto do planeta, a resposta, de cara, incluirá entre as justificativas a inadimplência. Segundo eles, o nível de calote, no Brasil, é superior ao de qualquer outra nação que tenha um sistema financeiro organizado. No entanto, um levantamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostra que a relação entre empréstimos em atraso e crédito total, aqui, está dentro da média internacional. Os dados do Fundo revelam que essa taxa era de 2,9% no último trimestre do ano passado – período mais recente disponível, uma vez que esse tipo de pesquisa não tem divulgação periódica.

Na Argentina, o índice era de 2,5%, no México, também 2,5% e, na Venezuela, 2,3%.

O resultado não é muito diferente quando se consideram os países conhecidos como Brics. Na Rússia, a taxa era de 2,5%, na Índia, de 2,3% e, na China, também 2,5%. Por fim, levando-se em conta países desenvolvidos, os números tampouco diferem substancialmente: EUA, 2,3%, Japão, 1,5%, França, 2,7% e Itália, 4,6%.

“A inadimplência e a insolvência no Brasil estão dentro do padrão mundial e não justificam o juro e o spread que temos aqui”, disse Alberto Borges Matias, professor do campus de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), especialista em análise de bancos. “Das duas, uma: ou o cálculo do Banco Central para a inadimplência (usado pelo FMI) não reflete o que ocorre no País ou a parce-

la da inadimplência no cálculo do spread não condiz com a realidade”, completa o analista de instituições financeiras da **Austin Rating, Luís Miguel Santacreu.**

Não é correto colocar os dados dessa forma, rebate Febraban

Ele refere-se a uma estimativa elaborada pelo Banco Central em 2007. Principal referência para discussões sobre o assunto, essa conta atribui a inadimplência o maior peso no spread total: 37,4%. O restante é dividido entre custo administrativo dos bancos (13,6%), impostos (18,5%), depósitos compulsórios (3,6%) e resíduo líquido (lucro das instituições, que

chega a 26,9%). Dados compilados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), também com base em estatísticas do FMI, mostram que o spread no Brasil encerrou 2008 em 26,6 pontos percentuais. O distante segundo colocado do ranking era a Argentina, com 8,4 pontos. Entre os Brics, a Rússia registrava 6,5 pontos, a Índia, 3,8, e a China, 3,1 pontos. Nos EUA, eram 2 pontos e, no Reino Unido, 1,2 ponto.

SEIS VEZES MAIOR

A Fiesp também tem números mais recentes de spread, relativos à média do primeiro trimestre de 2009, mas o Estado preferiu publicar os dados de 2008, que coincidem com o período do levantamento do FMI.

“Os bancos não têm argumento (para justificar o alto spread)”, afirmou diretor do De-

DESCOMPASSO

Inadimplência no sistema financeiro do Brasil é semelhante à de outros países, mas spread é bem mais elevado

	Inadimplência* EM PORCENTAGEM	Spread EM PONTOS PORCENTUAIS
Argentina	2,5	8,4
Brasil	2,9	26,6
China	2,5	3,1
França	2,7**	6,0
Alemanha	2,7**	6,2
Índia	2,3	3,8
Japão	1,5	1,3
México	2,5	5,7
Rússia	2,5	6,5
EUA	2,3	2,0

Obs: Dados relativos ao último trimestre de 2008
*Empréstimo em atraso/total de crédito **Dado de 2007

FONTE: FMI, COM ELABORAÇÃO FIESP INFOGRÁFICO/VE

partamento de Tecnologia e Competitividade da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho. “Vamos ter spread alto enquanto os bancos conseguirem.”

Segundo ele, o spread brasileiro é seis vezes maior do que a média dos 42 países que estão no levantamento do FMI. “Se considerarmos o cálculo de spread da Febraban (que inclui os recursos direcionados, como o crédito à produção agrícola), o spread aqui é 4,2 vezes maior. Ainda que fossem duas vezes, seria um absurdo.”

O economista-chefe da Febraban, a entidade que reúne os bancos, Rubens Sardenberg, contesta o levantamento da Fiesp. “Não acho correto colocar os dados dessa forma. Precisamos ter certeza de estarmos comparando as mesmas coisas”, argumentou. Ele observou que a rentabilidade do sistema bancário brasileiro, compa-

rada a outros países, mostra números parecidos.

Além disso, citando números da empresa de informações financeiras Economática, Sardenberg diz que, no ano passado, a rentabilidade média dos cinco maiores bancos brasileiros ficou na média de seus pares latino-americanos.

“Não dá para imaginar que os bancos desses países sejam tão mais eficientes do que os nossos”, afirmou. “Como os bancos de um país com spread tão mais baixo do que o brasileiro conseguem uma rentabilidade maior?”

Aqui, diz ele, a rentabilidade foi de 19% (para um spread de 26,6 pontos), ante 28% da Venezuela (spread de 6,2 pontos), 21% da Colômbia (spread de 7,4), 17% do Chile (spread de 5,8), 15% na Argentina (spread de 8,4) e 13% no México (spread de 5,7). ●

Governo busca reduzir spread há anos

Tentativas de reverter quadro ainda não deram resultados satisfatórios

O elevado spread bancário (diferença entre a taxa de juro que a instituição financeira paga na captação do recurso e a que cobra nos empréstimos) no Brasil está na mira do governo há anos. Os resultados práticos, porém, ainda demoram a aparecer. Segundo levantamento da Federação das Indústrias do Es-

tado de São Paulo (Fiesp), com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o spread médio no País passou de 31,9 pontos percentuais no fim de 2003 para 29,6 pontos no primeiro trimestre deste ano.

“Entre setembro e março, o Brasil pagou em spread R\$ 8,5 bilhões a mais do que deveria”,

reclama o diretor do Departamento de Tecnologia e Competitividade da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho. “O spread aqui é seis vezes maior do que a média mundial. Mesmo que fosse duas vezes, já seria um absurdo.”

Recentemente, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, e o ministro da

Fazenda, Guido Mantega, fizeram críticas públicas aos bancos por causa do spread alto. Em 1999, o Banco Central (BC), então comandado pelo economista Arminio Fraga, lançou um pacote de medidas para tentar reduzi-lo.

O professor do câmpus de Ribeirão Preto da USP e especia-

lista em análise de bancos, Alberto Borges Matias, afirma que a razão do spread alto no Brasil é o baixo volume de crédito. “Como emprestamos pouco, os bancos brasileiros têm de ganhar no preço”, afirma. Em junho, a relação crédito/Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 45% no País, segundo o BC. Embora seja um nível recorde, está abaixo de outros países. No Reino Unido, por exemplo, essa relação supera 200%. Nos EUA, está acima de 180%, na China, em 108% e na Índia, em 50%.

Para **Luís Miguel Santacreu**,

analista da **Austin Rating**, uma das formas de estimular os bancos a reduzir juros e spreads é por meio do sistema financeiro público – estratégia escolhida pelo governo Lula após a escassez de crédito que se seguiu ao aprofundamento da crise. “Os bancos públicos estão puxando a concorrência.” Ele elogia também as medidas do BC nos últimos anos. “OBC deu mais transparência às informações sobre juros”, afirma, citando a publicação, no site da instituição, de um ranking com as taxas cobradas pelas instituições. ● **L.M.**

Suas contas:

IRF-M

Data	Nº índice	Variação %		
		No dia	No mês	No ano
26/8	4.172.054253	0,061928	0,74132	9,545706
27/8	4.173.269668	0,029132	0,776482	9,577619
28/8	4.171.987479	-0,030724	0,745520	9,543953
31/8	4.174.294380	0,055295	0,801227	9,604525
1º/9	4.177.749254	0,082765	0,082765	9,695240
2/9	4.178.428967	0,016270	0,099049	9,730387
3/9	4.179.110668	0,06315	0,115380	9,730387
4/9	4.182.509422	0,081327	0,196801	9,820228

Indicadores

Unid.	Período	Valor	Unid.	Período	%
UFIR	Out./00	1,0641	FGTS	Setembro	0,2663
UFESP	2009	15,85	TR	Setembro	0,0000
UFM-SP	2009	92,35	TJLP	Jul. a Set.	6,00
UPC	Jul. a Set.	21,78	SELIC	Agosto	0,69
Seg.Desem.	Setembro	870,01	CDI	Agosto	0,69

Inflação %

Índices	Jul.	Ago.	No ano	12 meses
INPC (IBGE)	0,23	-	2,99	4,57
IGP-M (FGV)	-0,43	-0,36	-2,02	-0,71
IGP-DI (FGV)	-0,64	-	-1,68	-1,00
IPCA-E (FGV)	-1,16	-	-4,03	-4,09
IGP-DI (FGV)	0,34	-	3,01	4,67

IPC (FIPE)	0,33	0,48	2,75	4,22
ICV (DIEESE)	0,49	-	2,22	3,78
ICVM ORDEM	0,30	-	2,24	4,16
IPCA (IBGE)	0,24	-	2,81	4,50
IPCA-E (IBGE)	-	-	2,49	4,89
CUB(Sindicson)	0,37	-0,11	3,31	6,01
INCC (FGV)	0,26	-	2,69	6,40
IPCE (PINI)	-0,11	-0,15	3,49	5,48
IPA-M (FGV)	-0,85	-0,61	-4,55	-3,45

*Nova série em março/2007

TR/Pro-rata/TBF/poupança

Mês de vencimento	Juro Set./09(%)	Mês de vencimento	Juro Set./09(%)
Setembro	11,05	Março	4,85
Outubro	9,87	Abril	4,01
Novembro	8,85	Maio	3,24
Dezembro	7,73	Junho	2,48
Janeiro/09	6,68	Julho	1,69
Fevereiro	5,82	Agosto	1,09

TR/Poupança (Mês)

TR 1º/9	0,0000	0,66	1,29
Poup. 1º/10	0,5000	5,28	7,54

Reajuste do aluguel (Setembro)

IGP-M (FGV)	0,9929	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC (FIPE)	1,0422	ICV (DIEESE)	-

Obs.: Fatores válidos para contratos cujo último reajuste ocorreu há um ano.

Fator da TR

Dia	Fator	Dia	Fator
1º/9	0,01202331	6/9	0,01214020
2/9	0,01200087	7/9	0,01207208
3/9	0,01207574	8/9	0,01208253
4/9	0,01219970	9/9	0,01201326
5/9	0,01220754	10/9	0,01216132

Somente pagamento no vencimento

Taxa selic - atraso* Cotas**

Mês de vencimento	Juro Set./09(%)	Mês de vencimento	Juro Set./09(%)
Setembro	11,05	Março	4,85
Outubro	9,87	Abril	4,01
Novembro	8,85	Maio	3,24
Dezembro	7,73	Junho	2,48
Janeiro/09	6,68	Julho	1,69
Fevereiro	5,82	Agosto	1,09

Salário regional paulista

O piso salarial tem três faixas: **R\$ 505, R\$ 530 e R\$ 545**, de acordo com a atividade profissional (a lista das atividades por faixa está na Lei estadual de nº 13.485 em 3 de abril de 2009, que vale a partir **maio p/ pgto. em Jun.**) e não se aplica a trabalhadores que têm piso definido por lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho nem a servidores públicos, aposentados e pensionistas

Salário mínimo (Setembro)

R\$ 465,00

Imposto de renda na fonte

Base de cálculo (R\$)	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 1.434,59	-	Isento
De 1.434,60 até 2.150,00	7,5	107,59
De 2.150,01 até 2.866,70	15	268,84
De 2.866,71 até 3.582,00	22,5	483,84
Acima de 3.582,00	27,5	662,94

Deduções: R\$ 144,20 por dependente; pensão alimentícia integral; contribuição ao INSS. Aposentado com 65 anos ou mais tem direito a uma dedução extra de R\$ 1.434,59 no benefício recebido da previdência pública ou privada.

INSS - mês de competência: Agosto

Trabalhador assalariado e doméstica*

Alíquota	A pagar (R\$)
Até 965,67	8,00%
De 965,68 até 1.609,45	9,00%
De 1.609,46 até 3.218,90	11,00%
* Empregador	12,00%

Obs.: Válida para salários pagos a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Autônomo

Base R\$	Alíquota	A pagar (R\$)
De 465,00 até 3.218,90	11%	9,19
De 93,00 até 643,78	20%	18,61

Códigos conforme periodicidade:

Empresários, autônomos e equiparados	Autônomo e equiparados com dedução de 45% na contribuição	Facultativo	Especial	Doméstico
1007	1104	1496	1503	1600
mensal	mensal	mensal	mensal	mensal
trimestral	trimestral	trimestral	trimestral	trimestral

Licenciamento

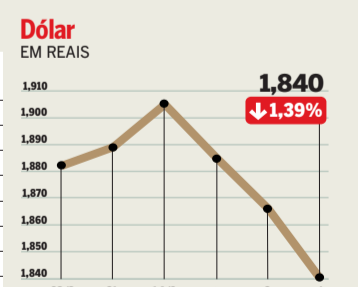
Em Setembro devem ser licenciados os veículos do Estado de São Paulo, com placas de final 7. Taxa de licenciamento no valor de R\$ 53,80. Documentos necessários: Certificação de Registro e Licenciamento do veículo (CRLV) que possua o código do Renavam. A Taxa do Seguro Obrigatório é de R\$ 93,87.

Mês	Final	Mês	Final	Dia	Final
Abri.	1	Ago.	5	Nov.	9
Maio.	2	Set.	6	Dez.	0
Junho.	3	Out.	7	-	-
Julho.	4	Nov.	8	-	-

Moedas e índices

Dólar (em R\$)

	Comercial	Paralelo
	Compra	Venda
25/8	1,855	1,857
26/8	1,859	1,861
27/8	1,863	1,865
28/8	1,880	1,882
31/8	1,887	1,889
1º/9	1,903	1,905
2/9	1,883	1,885
3/9	1,864	1,866
4/9	1,838	1,840



Moedas (sexta-feira)

Moedas	US\$ 1/NY	1 euro/Europa	1 libra/Londres	R\$ 1/Brasil
Dólar americano	1,0000	1,4294	1,6389	0,5435
Dólar australiano	1,1754	1,6801	1,9263	0,6388
Dólar canadense	1,0882	1,5555	1,7835	0,5914
Euro moeda	0,6996	1,0000	1,1466	0,3802
Franco suíço	1,0606	1,5160	1,7382	0,5764
Iene japonês	93,03	132,98	152,47	50,56
Libra esterlina	0,6102	0,8722	1,0000	0,3316
Peso argentino	3,8510	5,5046	6,3114	2,0929
Peso chileno	553,25	790,82	906,72	300,68
Rublo russo	31,587	45,150	51,768	17,167

Câmbio (sexta-feira, em R\$)

Moeda	Banco Central	Compra	Venda
Dólar	1,8493	1,8501	1,8519
Dólar australiano	1,5736	1,5749	1,5762
Dólar canadense	1,7004	1,7019	1,7034
Euro	2,6449	2,6463	2,6477
Franco suíço	1,7434	1,7447	1,7460
Iene	0,0199	0,0199	0,0199
Libra inglesa	3,0327	3,0346	3,0365
Peso argentino	0,4809	0,4816	0,4823
Peso chileno	0,0033	0,0033	0,0033
Rublo	0,0585	0,0586	0,0587
Yuan	0,2708	0,2709	0,2710

Outros indicadores (sexta-feira)

Fechem.	Var. dia	Var. Mês	Var. Ano
Ouro (o Grama - R\$)	58,880	-1,37	3,48
Dólar Paralelo (R\$)	2,040	-1,45	-1,92
Dólar Turismo (R\$)	1,950	0,00	-0,86
Dólar Comercial (R\$)	1,840	-1,39	-2,59
CDB - 30/22 (%)	8,54	0,52	0,35
CDI	8,63	0,00	0,12
Capital de Giro	13,22	0,00	-0,97
Hot Money	1,570	3,29	-1,26

DI-Over

Data	ao dia	no mês	no ano
26/8	0,0328	0,5924	6,7881
27/8	0,0328	0,6254	6,8231
28/8	0,0328	0,6584	6,8582
31			